



## CULTURA POLÍTICA E PODER: PLANEJAMENTO E TECNOCRACIA NO SETOR DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL, NO PERÍODO 1975-95

Nancy A. Campos Muniz <sup>1</sup>

### RESUMEN:

*CULTURA POLÍTICA Y PODER: PLANEAMIENTO Y  
TECNOCRACIA EN EL SECTOR DE CIENCIA Y  
TECNOLOGÍA EN BRASIL, EN EL PERÍODO 1975-95*

*Este trabajo de investigación tiene por objeto analizar, en el ámbito de la historia cultural, las representaciones políticas e institucionales de las actividades de planeamiento en el sector de ciencia y tecnología de Brasil, en el período comprendido entre 1975 y 1995. La hipótesis de trabajo se fundamenta en los indicios de que no puede haber cualquier alteración en las estructuras tecnocráticas de planeamiento, sino apenas un nuevo discurso gubernamental que oculta veladas prácticas y estructuras.*

**Palabras clave:** planeamiento, ciencia, políticas públicas, tecnocracia.

### ABSTRACT:

*CULTURE POLITICS AND POWER: PLANNING AND  
TECNOCRACIA IN THE SCIENCE SECTOR AND  
TECHNOLOGY IN BRAZIL, PERIOD 1975-95*

*The research analyzes, in the scope of cultural history, the politics and institutional representations of the planning activities in science and technology in Brazil, between 1975 and 1995. The hypothesis is based on the fact that there is not any alteration in the technocratics structures of planning, but only a new governmental speech that camouflages old practical and structures.*

**Key words:** planning, science, public politics, technocracy.

**RESUMO:** *O trabalho de pesquisa tem por objetivo analisar, no âmbito da História Cultural, as representações políticas e institucionais das atividades de planejamento no setor de C&T no Brasil, entre 1975 e 1995. Minha hipótese de trabalho se fundamenta em indícios de que não houve qualquer alteração nas estruturas tecnocráticas de planejamento, mas apenas um novo discurso governamental que camufla velhas práticas e estruturas.*

**Palavras chave:** planejamento, ciência, política, públicas, tecnocracia.

## INTRODUÇÃO

**A**tualmente é raro uma expressão causar tanto desconforto quanto o termo “tecnocrata”. A partir da redemocratização política no Brasil, nos meados da década de 80, esse termo tem sido empregado como uma “pecha” traduzindo uma forte tendência em correlacionar regimes autoritários e medidas de racionalização, planejamento e valorização do serviço público. O termo “tecnocrata” se apresenta pois, impregnado com uma forte representação do período da ditadura militar no País.

Em contrapartida, a utilização dos cargos públicos em troca de apoio político-partidário específico ou certo número de votos, tem sido relacionada aos governos democráticos, traduzindo a priorização de critérios de lealdade pessoal e partidária em detrimento da competência técnica. Dessa perspectiva, os tecnocratas teriam sido “banidos” do aparelho do

<sup>1</sup> Campos Muniz, Nancy, Centro de Enseñanza Cultural Universitario de Brasília, Brasília DF, Brasil.

Estado e dado lugar ao que os modernos discursos da administração pública chamam de “gerentes”.

O projeto de pesquisa ora apresentado propõe uma análise histórica das representações políticas e institucionais dos tecnocratas do setor de C&T, no período compreendido entre 1975-1995. Como fio condutor desse estudo tomamos a trajetória das atividades de planejamento desenvolvidas no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico –CNPq, no mesmo período, como marco de representatividade do setor de C&T, procurando reconstruir historicamente o processo de mudança das representações dos tecnocratas estabelecidas pelos discursos e pelas ausências discursivas dos governantes, e identificadas nos documentos oficiais então produzidos.

Através do enfoque da História Cultural, procuramos demonstrar como uma rede de significados e de interdependência conceitual complexa vai sendo construída e desconstruída através dos discursos governamentais e institucionais, hierarquizando e estabelecendo relações de inclusão e exclusão. Nossa intenção é capturar a força performática dos discursos que ora instituem a figura do tecnocrata enquanto especialista em planejamento de políticas públicas de C&T e ora o silenciam e o ressignificam na figura do gerente do planejamento estratégico.

O artigo está configurado a partir da apresentação de um breve contexto histórico do surgimento da categoria de “técnicos especialistas em planejamento”no serviço público federal brasileiro, onde a importância de suas atividades como base da tecnocracia nacional no período dos governos militares, se reflete na compreensão da configuração do setor de C&T, especificamente do CNPq.

A partir das questões que elegemos como fundadoras de nossas reflexões, a problemática é colocada de forma circunstanciada sustentando o delineamento do objeto da pesquisa. O arcabouço teórico-metodológico está construído a partir de uma abordagem complexa e multidisciplinar da “noção de tecnocrata” e seus rebatimentos na discussão que estabeleci entre os autores que se debruçaram sobre o tema. A ancoragem na História Cultural, que nos permitirá a apreensão dos sentidos das representações, está alicerçada no diálogo estabelecido com Chartier e Bourdieu onde o campo das representações do mundo social é concebido como um campo de luta, de disputas por hegemonias.

A elaboração de cenários comparativos, a análise de discurso e a pesquisa oral, nos parecem ser os procedimentos teóricos e metodológicos mais convenientes para a visualização das representações pretendidas, identificadas nos documentos escritos e orais. As fontes pesquisadas são, na sua maior parte, originárias de órgãos vinculados às atividades de formulação de políticas públicas de ciência e tecnologia no Brasil e a bibliografia apresentada reflete o esforço da construção de uma reflexão caracterizada pela interdisciplinaridade.

## **UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DOTEMA DA PESQUISA**

Tal perspectiva de trabalho foi tomando forma a partir da análise do gerenciamento do contingente de servidores públicos federais pelo Estado, em minha dissertação de

mestrado (Campos Muniz, 1995)<sup>2</sup>. A constituição de uma administração paralela durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek, como estratégia de contorno à ineficiência da administração cartorial existente à época, foi acentuada no período da ditadura militar, sendo instituída oficialmente o governo do presidente Costa e Silva através do Decreto-Lei no. 200, de 1967, que criou uma série de organismos destinados a dar tratamento especializado a alguns setores considerados prioritários para o governo.

Na mesma fundamentação do Decreto Lei 200/67, ocorreu a reconfiguração política do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq que se tornou então, a agência coordenadora do Sistema Nacional de C&T, responsável pela formulação das políticas públicas nesse setor. No bojo dessa transformação um considerável contingente de intelectuais qualificados, especialistas em planejamento, foi incorporado à estrutura do órgão, dando origem a um corpo tecnocrático que teve por missão implantar as atividades de planejamento no setor de C&T. Tais especialistas incorporaram-se à estrutura tecnocrática existente no Estado brasileiro, desfrutando de altos salários e prestígio profissional.

## PROBLEMÁTICA

Com o fim da ditadura militar e o advento dos governos democráticos a figura desse tecnocrata, especialista em planejamento, entra num processo de desvalorização simbólica assumindo uma conotação negativa, antitética àquela do período dos governos militares. Tal conotação deveu-se à relação estabelecida, socialmente, entre os tecnocratas e os governos autoritários.

A contextualização histórica do objeto da pesquisa apresenta as mudanças conjunturais dos governos que perpassaram o período estudado (1975-95), evidenciando, a partir dos meados da década de 80, a desarticulação do planejamento governamental que levou ao descrédito dessa atividade. Nesse sentido, o estudo das trajetórias profissionais dos especialistas em planejamento do setor de C&T permitirá a visibilidade das transformações históricas ocorridas.

Como *locus* privilegiado da análise, tomarei as experiências dos especialistas em planejamento do CNPq como o referencial para o setor de C&T, partindo da hipótese preliminar de estudo de que não houve qualquer transformação significativa nas atividades desenvolvidas pelos intelectuais tecnocratas, mas sim, uma reconfiguração do perfil desse profissional, promovida pelo discurso empresarial implantado na administração pública brasileira, a partir dos meados da década de 80.

O compulsar da documentação referente ao contexto político-econômico brasileiro nos permitiu explicitar as razões das mudanças impostas à trajetória institucional do CNPq entre os anos 1975-1995, como demonstraremos na primeira parte da pesquisa referente às passagens da ditadura militar para a Nova República, a influência do neoliberalismo e o governo Collor. Na perspectiva dos sujeitos da pesquisa, os especialistas em planejamento, o que constatamos é uma lacuna documental referente ao fim do discurso de valorização do

<sup>2</sup> Campos Muniz, N. A gestão dos servidores públicos pelo Estado. Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia, UnB, 1995.

planejamento e do tecnocrata e o início da apologia à administração gerencial, trazendo em seu bojo o planejamento estratégico e a figura do gestor.

Na perspectiva dos especialistas em planejamento do CNPq o constatado foi uma crise de identidade que se iniciou em 1985, com a criação do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) e atingiu o ápice com a implantação do Regime Jurídico Único em 1991.

Nossa intenção não é buscar explicações gerenciais para o problema, mas recuperar o movimento da história que evidencie os impactos dos discursos governamentais nas representações do papel dessa categoria de profissionais com uma formação intelectual privilegiada. O período 1975-1995 justifica-se pelas grandes transformações ocorridas na área de C&T que colocaram o CNPq e seu quadro tecnocrático de planejadores no centro do sistema e, posteriormente, os rebaixaram a meros espectadores das reformas.

## OBJETIVO

“A pesquisa tem por objetivo analisar, no âmbito da História Cultural, as representações políticas e institucionais dos especialistas em planejamento no setor de C&T no Brasil, no período compreendido entre 1975 e 1995 com vistas a reconstruir historicamente a passagem da administração burocrática, atrelada à figura do tecnocrata, para a administração gerencial, que privilegiou a figura do gestor”.

Num primeiro momento, nosso trabalho de pesquisa insere-se no contexto histórico dos governos militares instituídos entre 1975 e 1984, no qual situaremos a introdução das atividades de planejamento no setor de C&T a partir da criação de uma competência organizacional tecnocrática, que deu origem à figura do intelectual tecnocrata, especialista em planejamento de políticas públicas para o setor de C&T.

Na segunda etapa da pesquisa, relativa ao contexto histórico dos governos democráticos implantados entre 1985-1995 analisamos os discursos governamentais relativos à reforma do Estado e o setor de C&T.

As primeiras análises das falas dos governantes, associadas aos documentos que justificaram a reforma do Estado em 1989, nos proporcionam indícios da construção de uma estratégia política e ideológica que apenas ressignificou a atividade de planejamento do setor de C&T no Brasil, com vistas ao seu enfraquecimento e à depreciação do CNPq pela alegação de ineficiência e excesso de servidores. A figura do gestor, iluminado pelas falas oficiais, é colocada como protagonista da competência e da modernização do Estado, silenciando e perpetuando as antigas práticas e estruturas da tecnocracia.

## ARCABOUÇO TEÓRICO

Na perspectiva da multidisciplinaridade delimitamos o arcabouço teórico que, num primeiro momento, nos permitiu refletir sobre a noção conceitual de “tecnocrata” como ferramenta metodológica fundamental para a ancoragem do objeto no campo da História

Cultural, bem como a definição dos demais procedimentos do trabalho de pesquisa. Nesse sentido, constatamos a inexistência de trabalhos acadêmicos voltados para o tema da tecnocracia brasileira no âmbito da História Cultural e que o esforço de construção conceitual ora empreendido, deveria manter a perspectiva de atender às especificidades da pesquisa, sem qualquer pretensão de generalização fora das delimitações do presente estudo.

## O PENSAMENTO TECNOCRÁTICO

Considerando as especificidades dos contextos históricos estudados pelos autores, é que empreenderei a abordagem de algumas teorias tecnocráticas, clássicas, enquanto ideologias historicamente construídas que produziram “práticas” institucionais (Chartier, 1990)<sup>3</sup> e delinearão a concepção da figura do tecnocrata (representações) em diferentes contextos econômicos, políticos e sociais.

O pensamento tecnocrático é constituído por idéias, formas de pensar e conceber a sociedade que dão origem a representações que podem ser apropriadas ou impressas na sociedade, caracterizando-se como uma ideologia. Na perspectiva da História Cultural a “ideologia” é produzida a partir da interação de subconjuntos coerentes de representações e de comportamentos que passam a reger as atitudes e as tomadas de posição dos homens em suas relações sociais e políticas, atendendo a determinados interesses de grupos, ou a determinadas motivações coletivas.

A partir da análise de algumas teorias tecnocráticas percebemos com nitidez que as mesmas surgem como um projeto de agir sobre determinado circuito de representações com a finalidade de produzir determinados resultados sociais. Portanto, correspondem a uma determinada forma de construir representações ou de organizar representações já existentes para atingir determinados objetivos ou reforçar determinados interesses.

O pensamento tecnocrático se traduz em várias experiências políticas ocorridas em diferentes épocas históricas, dando origem à teoria política da tecnocracia. Apesar da diferença de contextos históricos em que viveram os pensadores tecnocráticos é possível identificar um traço comum a todos eles – a análise da organização da vida social e política a partir do primado da razão científica. Tal pressuposto delinea a concepção de sistemas políticos e econômicos fundamentados na competência intelectual de grupos de indivíduos privilegiados.

A reflexão sobre a noção conceitual de “tecnocrata” apresentou-se como fundamental para o balizamento da caracterização do perfil dos sujeitos da pesquisa, permitindo visualizá-los no contexto histórico do período demarcado (1975-1995). Com essa preocupação, partimos de duas perspectivas importantes.

A primeira, diz respeito às abordagens teóricas que concebem a tecnocracia a partir da premissa “liderança social pelos detentores do saber técnico”, a segunda, refere-se às

<sup>3</sup> Chartier, R. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: A História Cultural –entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, 1989.

reflexões sobre o papel dos especialistas, enquanto “detentores do saber nas suas relações com o poder político” e as conseqüências daí derivadas.

### 1) Liderança e saber técnico

Dentre os autores que se dedicaram a análises da sociedade industrial fundamentando-se na competência e domínio da racionalidade técnica, como critérios de elitização e dominação e defendendo a liderança social pelos detentores do saber, destacamos alguns daqueles que se tornaram clássicos da ciência política, da sociologia e da economia por suas contribuições teóricas: Saint-Simon<sup>4</sup> (1821-22), Comte<sup>5</sup> (1989), Veblen (1965)<sup>6</sup> e Galbraith<sup>7</sup> (1968).

No contexto da sociedade industrial é Saint-Simon (1760-1825) autor da primeira grande concepção tecnocrática. Para o autor, a sociedade é uma obra coletiva resultante de esforços individuais que se desdobram em duas direções: a da produção intelectual e a da criação da riqueza material. Para a superação das crises e o alcance da estabilidade social, o governo deveria ser constituído por pessoas cultas e de inteligência superior. Tal organização intelectual da sociedade teria caráter universal, onde o governo tecnocrático visado seria constituído por grandes cientistas da humanidade.

Sob a influência direta do pensamento de Saint-Simon, Auguste Comte (1798-1857) associou uma teoria progressista da história a um interesse prático pelos problemas de organização política e social, com a intenção de aplicar o método científico ao estudo da sociedade. Comte é considerado um precursor da idéia do racionalismo que influenciaria a sociedade capitalista onde a prática estaria subordinada à teoria, ao conhecimento científico da realidade, condicionando o poder aos detentores do saber.

No início do século XX destaca-se a obra do economista americano Thorstein Veblen (1857-1929), como representante do pensamento tecnocrático científico. Segundo ele, o sistema industrial deve ser considerado como um mecanismo rigorosamente impessoal que possui leis próprias, com capacidade para suprir as necessidades humanas, sem preconceitos ou privilégios, devendo ser dirigido por um grupo de cientistas, técnicos e especialistas, dentre as diversas categorias sociais existentes. Para Veblen, a sociedade capitalista seria um projeto que requer uma revolução com pressuposto na aliança de forças sociais capazes de controlar e administrar o aparelho produtivo, assegurando a equitativa distribuição da renda e o aumento do bem-estar coletivo. O sucesso dessa revolução dependeria da aliança entre o proletariado industrial e o setor técnico-científico do sistema industrial, cabendo a este último o comando do processo de transformação. Aos tecnólogos, portanto, caberia o papel de corpo diretivo, uma vez que esse grupo seria desprovido de motivações comerciais, sob pena de a nova sociedade ser condenada ao fracasso.

A obra de J. K. Galbraith (1908-2006), americano considerado um dos maiores economistas do século XX, caracteriza-se pelo determinismo tecnológico. Para o autor, as

<sup>4</sup> Saint-Simon. *L'Industrie*, tomo III. Paris, 1821-22.

<sup>5</sup> Auguste Comte. In: Gardiner, P. *Teorias da história*. Tradução de Vitor Matos e Sá. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 1984.

<sup>6</sup> Veblen, T. *Teoria da empresa industrial*. Tradução de Edgar Magalhães. Porto Alegre: Globo, 1966.

<sup>7</sup> Galbraith, J.K. *O novo estado industrial*. Tradução de Alvaro Cabral. São Paulo: Pioneira, 1977.

mudanças tecnológicas definem o comportamento e o delineamento da superestrutura e da base econômica da sociedade, onde o poder pertence aos técnicos, de onde se deduz o fim do capitalismo e a realidade de uma sociedade tecnocrática. Para o autor, nas sociedades tecnológicas avançadas o poder está com os tecnocratas assentados nas organizações públicas e privadas. A atividade de planejamento torna-se central e indispensável e, uma vez que planejar é decidir, e os planejadores são os técnicos, estes ocupam os centros de decisão e os destinos da sociedade industrial avançada. Por decorrência da tecnologia, os técnicos assumiriam o comando.

Segundo Galbraith, o Estado que tradicionalmente teve poderes normativos isentos, passa a identificar-se com certos grupos de empresas desenvolvidas. A tecnoestrutura do governo associada à necessidade de planificação do mercado (desejada pelo planejamento industrial) torna muito tênues as separações anteriormente existentes entre a iniciativa privada e o Estado. Esta identificação tem por objetivo, segundo Galbraith, a satisfação das necessidades do Novo Estado Industrial. Na formulação de “tecnoestrutura” o fundamento é a autonomia dos técnicos que por deterem a informação, possuem o poder decisório, fato que os transforma na inteligência orientadora da organização. Essa racionalidade que caracterizaria a grande empresa passa a impregnar o Estado e toda a sociedade.

A partir dessas breves considerações sobre o pensamento dos teóricos tecnocráticos, observamos a reincidência da idéia de uma relação entre “saber e poder”. Essa relação, segundo Marilena Chauí é a origem do conceito de “razão técnica” que será a base de sustentação da ideologia pós-liberal, onde o discurso deixa de ser fundado em valores e em idéias convertendo-se em discurso anônimo e impessoal, fundado na racionalidade dos fatos. Consequentemente, o discurso instituído passa a ser o “discurso competente”, “o discurso neutro da cientificidade e do conhecimento”.<sup>8</sup> (Chauí, 1981, p. 11)

A noção de tecnocracia é resultante da percepção da supremacia da figura do técnico, enquanto detentor privilegiado do “saber” que o credencia a governar uma sociedade. Portanto, a tecnocracia se traduz num governo de técnicos e como tal, opõe-se à democracia, pois nesse sistema o político não tem função alguma, uma vez que a “razão técnica” é o critério das tomadas de decisão. Essa “razão técnica” será o atributo essencial da figura do “tecnocrata” que, no Brasil, atingiu o auge do reconhecimento durante os governos militares.

## 2) Os especialistas e o poder

A segunda perspectiva está voltada para os autores que refletiram sobre as relações dos detentores do saber com o poder. As referências centrais foram os trabalhos de Gramsci<sup>9</sup> (1988), Sartre (1994), Bobbio (1997), Mannheim (1954) e Weber (1982).

Uma das preocupações centrais nos estudos de Gramsci era compreender os mecanismos hegemônicos, através dos quais um grupo social podia exercer seu poder na sociedade de maneiras muito mais efetivas do que o mero exercício do poder estatal – maneiras essas que atravessam precisamente o âmbito cultural.

<sup>8</sup> Chauí, M. Cultura e democracia. São Paulo: Moderna, 1981.

<sup>9</sup> Gramsci, A. Os Intelectuais e a organização da cultura. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

Para Gramsci, a noção de intelectual não está relacionada a uma formação acadêmica específica, mas a uma ação social, segundo a qual certo tipo de agente é capaz de fazer a ligação entre superestrutura e infra-estrutura, independente de sua escolaridade específica, mas relacionada diretamente com o “lugar” que ocupa nas relações materiais/sociais de uma determinada produção social. Segundo o autor, a estrutura e a superestrutura formam um “bloco histórico”, isto é, um conjunto complexo e contraditório, onde a superestrutura é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção. Porém, é preciso observar que a relação entre superestrutura e infra-estrutura não se dá abstratamente, ela acontece de maneira concreta, histórica e essa ligação teria de ser feita necessariamente de maneira orgânica, cabendo ao intelectual mais essa função (além da que lhe cabe na classe social), a de realizar a vinculação dentro do bloco histórico.

O intelectual é colocado como o “representante da hegemonia do grupo dominante”, que faria a ligação entre a superestrutura e a infra-estrutura. É na função da hegemonia que ele se configura como “funcionário” da classe dominante na superestrutura, permitindo o domínio dessa classe em termos político.

Para Sartre<sup>10</sup>, os intelectuais são recrutados entre os técnicos do saber prático que se caracterizam por serem convocados pela classe dominante de acordo com a natureza de seus empreendimentos. A formação ideológica e técnica dos especialistas do saber prático é também definida pela classe dominante, que determina através dos currículos escolares a ideologia, os conhecimentos e práticas que os tornam capazes de exercer suas funções. Quase não há operários nessa categoria social – todos são de classe média onde lhe é inculcada a ideologia particularista da classe dominante e de onde não têm contacto com a classe de trabalhadores.

Para esses indivíduos a classe dominante consagra dois papéis: faz deles especialistas da pesquisa e servidores da hegemonia –guardiões da tradição (Hobsbawn, 1977)<sup>11</sup>. No papel de servidores da hegemonia (chamados por Gramsci de funcionários das superestruturas) recebem certo poder, o de “exercer as funções subalternas da hegemonia social e do governo político”. São implicitamente encarregados de transmitir os valores (remanejando-os, segundo as necessidades, para adaptá-los às exigências da atualidade) e de combater, quando necessário, os argumentos e os valores de todas as outras classes, argumentando com seus conhecimentos técnicos.

Sartre considera os intelectuais modernos, técnicos do saber prático, presos às amarras do humanismo universalista burguês e às contradições próprias do seu ser social, enquanto membros de uma categoria social vinculada à ideologia dominante –verdadeiros cães de guarda que defendem os interesses da elite com argumentos rigorosos e métodos exatos.

Bobbio<sup>12</sup> classifica os intelectuais em “ideólogos” e “expertos”. Por “ideólogos” compreende os que fornecem princípios-guia, com base nos quais uma ação é considerada

<sup>10</sup> Sartre, J.P. Em defesa dos intelectuais. Tradução de Sérgio Goes de Paula. São Paulo: Ática, 1994.

<sup>11</sup> Hobsbawn, E.. Ranger, T. A invenção das tradições. Tradução de Celina Cardim Cavalcanti. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

<sup>12</sup> Bobbio, N. Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: UNESP, 1997.

racional por estar de acordo com certos valores propostos como fins a perseguir. Os “expertos” são aqueles que possuem conhecimentos científicos e técnicos necessários para alcançar os fins estabelecidos, fazendo com que a ação possa apresentar-se como uma ação racional segundo os fins.

O autor constata o enorme crescimento do espaço atribuído aos intelectuais nas sociedades contemporâneas e reforça o nexo entre o poder ideológico e poder político, segundo ele, “*uma relação não-simétrica e destinada a se alterar segundo as diversas circunstâncias*” (Bobbio, 1997, p. 13). Analisando as variadas concepções do papel do intelectual na sociedade, identifica a tendência em considerar os intelectuais acima dos demais grupos sociais, implicando na idéia de uma superioridade intrínseca à sua profissão. Tal perspectiva nos levaria a duas situações extremas: o isolamento do intelectual em seu próprio mundo, em sua torre de marfim; e, o engajamento total do intelectual na política.

Engajamento significa uma tomada de posição no mundo e, conseqüentemente assumir os riscos daí decorrentes. É sabido que certas situações não permitem a neutralidade política; por outro lado o engajamento requisita a opção por um dos lados da disputa, mesmo quando não é possível fazê-lo. Segundo Bobbio, a resposta a este dilema depende das circunstâncias e das interpretações que damos às mesmas. A conduta do intelectual não é determinada somente por idealismo, mas também por condições históricas concretas onde o que está em questão não é o engajamento em si, mas a causa pela qual o intelectual se engaja, devendo ser julgado por sua responsabilidade.

Karl Mannheim<sup>13</sup> elaborou as primeiras teses que deram origem à Sociologia do Conhecimento, uma nova disciplina científica cujas bases foram lançadas em sua obra *Ideologia e Utopia*, publicada em 1929. O autor afirma que todas as idéias políticas e sociais são inspiradas pela situação social dos intelectuais na sociedade. Sustenta a tese de que a vida política de uma nação se caracteriza pela coexistência de várias ideologias, representativas de pontos de vista parciais e que, para impedir que essas ideologias estejam permanentemente em choque, é preciso buscar uma síntese, isto é, uma visão compreensiva dos vários pontos de vista em conflito.

Segundo esse raciocínio, Mannheim acredita que a única categoria capaz de empreendê-la é a dos intelectuais, pelo fato de não estarem comprometidos com a produção de ideologias sociais, não comporem uma classe e estarem completamente desvinculados da sociedade. Segundo ele, cada fase humanista é dominada por um estilo de pensamento, dando origem a tendências para conservação ou para a mudança. A conservação produz ideologia, e a mudança leva às utopias. Para autor, as ideologias se destinam a justificar a situação social existentes, enquanto as utopias pretendem, ao contrário, justificar uma desejada modificação da estrutura social.

Mannheim faz a defesa idealista de uma posição de neutralidade para os intelectuais, advinda da exacerbação da consciência de estarem acima de todos os interesses de classe, e da função conciliatória que lhe seria destinada, decorrente de serem os detentores do conhecimento e estarem capacitados de decidir o que é melhor para uma determinada sociedade.

---

<sup>13</sup> Mannheim, K. *Ideologia e utopia*. Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Porto Alegre: Globo, 1954.

As idéias sinteticamente apresentadas, dos teóricos em estudo, constituem referenciais importantes que alimentam o campo discursivo sobre o poder. Neste sentido, configuram representações em permanente disputa por hegemonia. As diferentes perspectivas desenvolvidas pelos autores, ora de neutralidade, ora de comprometimento com o poder são identificadas no perfil dos tecnocratas sujeitos de nossa pesquisa, permitindo a compreensão das posições tomadas no campo político.

## CAMPO POLÍTICO E REPRESENTAÇÕES

Considerando o campo político, sobretudo discursivo, onde são construídas representações sobre os agentes sociais e os papéis que exercem na sociedade, estabeleceremos a ancoragem teórica da pesquisa na História Cultural, enquanto campo das representações, sujeito à análise do discurso. Para tanto, dialogaremos com Roger Chartier e Pierre Bourdieu<sup>14</sup>.

Considerando minha intenção inicial de identificar e analisar as representações políticas e institucionais dos especialistas em planejamento, nos apoiaremos nas análises de Chartier que definem as práticas de representações como “*diferentes formas de apreensão do real*”, articulando-as em três níveis: a busca dos sentidos atribuídos à realidade pelos diferentes grupos sociais de um determinado contexto; as especificidades que determinam a alteridade de sentidos que condicionam uma identidade, coletiva ou individual; e a institucionalização das práticas e representações que marcam a existência de um grupo e a sua relação com as demais instâncias sociais.

No mesmo sentido das análises de Chartier, Pierre Bourdieu estuda o campo das representações do mundo social como um campo de luta, de concorrências e de competições o que torna seu estudo tão importante quanto o das lutas econômicas.

O campo político, para Bourdieu, deve ser entendido ao mesmo tempo, como campo de forças e como campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo, a sua estrutura em dado momento. Os agentes chamados por Bourdieu de *dominantes* dedicam-se às estratégias de conservação ou de sucessão visando assegurar a manutenção da ordem com a qual se identificam.

É importante ressaltar que a participação ativa no campo político exige uma série de competências sociais e técnicas, uma vez que o *habitus* do político exige uma série de saberes específicos, como teorias, conceitos, dados, etc, bem como o domínio de certa linguagem retórica.

No que se refere ao aprofundamento teórico no campo das representações e do imaginário social manteremos diálogo permanente com Castoriadis<sup>15</sup> (2000). Nesse contexto do imaginário e de captação das representações políticas e institucionais do tecnocrata utilizaremos o instrumental da Análise de Discurso que nos permitirá trabalhar a noção de

<sup>14</sup> Bourdieu, P. A economia das trocas simbólicas. Tradução de Sergio Miceli, Silvia de Almeida Prado, Sonia Miceli e Wilson Campos Vieira. São Paulo: Perspectiva, 1987.

<sup>15</sup> Castoriadis, C. A instituição imaginária da sociedade. Tradução de Guy Reynaud. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

relação de forças (Orlandi, 2003)<sup>16</sup>, segundo a qual “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz”. Dessa forma, se o sujeito fala a partir do lugar de tecnocrata ou de governante (nos anos da ditadura militar), suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar de simples funcionário público.

## PROCEDIMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Uma vez definido o perfil aproximado dos sujeitos fez-se necessária a elaboração de procedimentos metodológicos que nos permitissem “visualizá-los” através das representações identificadas nos documentos escritos e orais, através da análise do discurso. A estratégia seria, num primeiro momento, promover o recorte do objeto “colocando-o em suspensão” com a intenção de identificá-lo, caracterizá-lo e posteriormente reimplantá-lo no contexto histórico através da análise, reatando as conexões seccionadas. Nesse sentido, elaboramos cenários históricos comparativos.

Assim, a análise de discurso nos permite capturar as representações sobre os tecnocratas e seus papéis, a partir de seus lugares de fala, em embate permanente no campo político, campo discursivo por excelência. Para tanto, elaboramos uma proposta metodológica que se apóia na criação de “indicadores” ou “pré-categorias” de pesquisa.

### ETAPAS:

#### 1ª) **Elaboração de cenários históricos comparativos:**

Cenário 1: Período 1975-84 –Governos Militares. Análise de bibliografia sobre o período. Análise do discurso.

Cenário 2: Período 1985-95 –Governos Democráticos. Entrevistas. Análise do discurso.

#### 2ª) **Análise do discurso** a partir de fontes documentais escritas e orais (construção do Cenário 2)

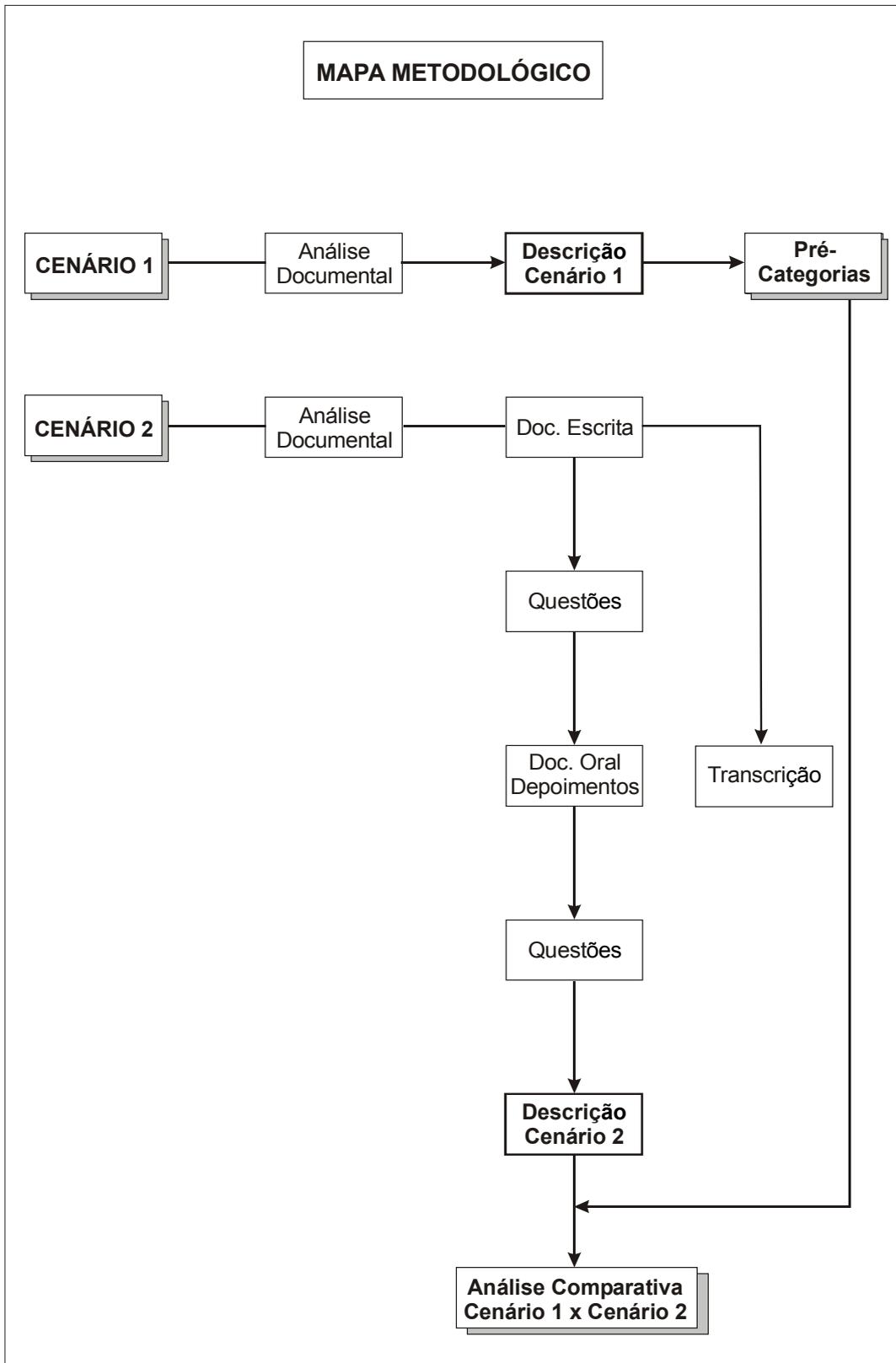
Análise de documentos oficiais: discursos de governantes, planos de governo, trabalhos técnicos, etc. Análise de depoimentos e entrevistas.

#### 3ª) **Realização de pesquisa oral** (Cenário 2)

Realização de entrevistas com o objetivo de registro em áudio e vídeo de depoimentos sobre a “trajetória profissional dos tecnocratas da área de C&T”, vinculados direta ou indiretamente ao CNPq, apoiada nas categorias de análise definidas para a pesquisa:

- Tecnocratas que vivenciaram os períodos relativos ao 1º. e 2º. Cenários da pesquisa (governos militares e democráticos),
- Tecnocratas que vivenciaram apenas o período relativo ao 2º. Cenário da pesquisa (governos democráticos).

<sup>16</sup> Orlandi, E. P.(org.) Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas, SP: Pontes, 2003.



---

## **BIBLIOGRAFÍA**

**Cardoso F. H.** (1975): *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

**Covre M. de L.M.** (1983): *A fala dos homens – análise do pensamento tecnocrático– 1964-1981*. São Paulo, Brasiliense.

**Dreifuss R.A.** (1981): *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis, Vozes.

**Ianni O.** (1996): *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

**Martins, Luciano** (1997): “Reforma da administração pública e cultura política no Brasil: uma visão geral” em *Cadernos ENAP* Nº 8. Brasília, ENAP.

**Morel R.L.M. e outros** (1979): *Ciência e Estado: a política científica no Brasil*. São Paulo, T.A. Queiroz.

## **OTRAS FUENTES**

**Documentação em suporte papel:** Centro de Memória do CNPq – Arquivos do CNPq. Arquivos da SEPLAN.

**Documentação Virtual:** PROSSIGA – IBICT- SCIELO. Catálogo Virtual de Teses e Dissertações.

**Documentação Oral –suporte fitas magnéticas de áudio/ vídeo e DVD:** 1) Realização de entrevistas com a finalidade de registrar depoimentos de intelectuais tecnocratas que tenham vivenciado direta ou indiretamente a trajetória do CNPq, nos Cenários 1 e 2. 2) Realização de pesquisa no acervo do Programa de História Oral do CPDOC/FGV.